

Escândalo Master: o que falta descobrir sobre o caso do banco

Category: BRASIL,GERAL

escrito por Maria Luiza | 20 de outubro de 2026



A liquidação do Banco Master, determinada pelo Banco Central em novembro de 2025, não encerrou o caso que passou a mobilizar investigadores, autoridades financeiras e órgãos do Judiciário. Quase um ano depois, a dimensão dos prejuízos, o caminho percorrido pelos recursos e a responsabilidade de cada participante ainda estão no centro das apurações.

O caso envolve suspeitas de irregularidades em operações de crédito, transações com o Banco de Brasília (BRB), movimentações por fundos de investimento e aplicações de entidades de previdência estaduais e municipais. As investigações também procuram determinar se os mecanismos de controle das instituições envolvidas funcionaram como deveriam.

A Polícia Federal conduz uma das principais frentes por meio da Operação Compliance Zero. Documentos, mensagens, depoimentos e análises financeiras devem ajudar a reconstruir os negócios e distinguir operações regulares de possíveis fraudes.

Até que as apurações avancem, as suspeitas precisam ser tratadas como questões ainda sujeitas à comprovação. Entre os pontos que permanecem em aberto, cinco concentram parte

importante do trabalho das autoridades, conforme abaixo.

1. Como foram realizadas as operações com o BRB?

Uma das principais linhas de investigação envolve a negociação de carteiras de crédito entre o Banco Master e o BRB, instituição financeira controlada pelo governo do Distrito Federal.

Os investigadores procuram verificar a origem dos ativos negociados, a existência de garantias e a consistência dos documentos que sustentavam as operações. Também precisam identificar quem participou das negociações, quais instâncias aprovaram os negócios e que informações estavam disponíveis para os responsáveis pelas decisões.

O objetivo é determinar se houve apresentação de créditos sem lastro adequado e se alguma operação provocou prejuízo financeiro. Daniel Vorcaro, ex-controlador do Master, contestou as suspeitas em depoimento à Polícia Federal e negou que os negócios tenham causado perdas ao BRB. A conclusão depende da análise dos documentos e da reconstrução de cada transação, não apenas do volume financeiro envolvido.

2. O sistema de fiscalização identificou os riscos?

Outro eixo importante é a atuação dos órgãos responsáveis por acompanhar o mercado financeiro. A investigação precisa esclarecer quando surgiram os primeiros sinais de problemas no conglomerado e quais providências foram adotadas a partir dessas informações.

O Banco Central abriu uma apuração interna sobre sua própria atuação na fiscalização do Master. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), responsável pela supervisão do mercado de capitais, também entrou no radar das autoridades em razão de

questões relacionadas a fundos ligados ao grupo.

A análise deverá estabelecer se houve falhas nos procedimentos de supervisão, descumprimento de regras ou omissões individuais. Também será necessário avaliar se as medidas adotadas foram compatíveis com os riscos identificados em cada etapa.

A eventual existência de falhas não pode ser presumida antes da conclusão dos procedimentos. O que está em discussão é como os controles funcionaram e se poderiam ter impedido ou reduzido os problemas investigados.

3. Quanto dinheiro de fundos previdenciários está em risco?

As aplicações feitas por regimes próprios de previdência de estados e municípios representam outra preocupação. Esses recursos financiam aposentadorias e pensões de servidores públicos, o que torna necessário esclarecer como os investimentos foram escolhidos e quais riscos foram considerados antes das operações.

Um dos casos que ganhou destaque envolve a Amapá Previdência (Amprev), que teria aplicado aproximadamente R\$ 400 milhões em títulos do Banco Master em um período de 20 dias.

A investigação precisa identificar outras entidades que investiram na instituição, os valores envolvidos e as condições em que cada aplicação foi autorizada. Também será necessário verificar se os gestores seguiram as exigências legais e os critérios de segurança previstos para administrar o dinheiro dos beneficiários.

Uma questão central é saber quanto poderá ser recuperado e se houve perdas efetivas para os regimes previdenciários. O valor aplicado, isoladamente, não determina o prejuízo final: a apuração depende da situação dos ativos e dos resultados dos

procedimentos de recuperação.

4. Quem poderá ser responsabilizado?

A identificação dos responsáveis exige reconstruir as decisões tomadas dentro do banco e nas instituições que fizeram negócios com ele. Isso inclui administradores, funcionários, intermediários, empresas e eventuais agentes públicos cuja atuação tenha relação comprovada com as operações investigadas.

A Polícia Federal reúne elementos para verificar a participação de cada envolvido, enquanto autoridades administrativas e judiciais analisam possíveis infrações dentro de suas respectivas competências.

O desafio é estabelecer o que cada pessoa sabia, quais decisões tomou e se houve participação consciente em eventuais irregularidades. A existência de relações comerciais ou institucionais com o banco, por si só, não comprova envolvimento em fraude.

O avanço das investigações poderá resultar em novas medidas judiciais e administrativas, mas a responsabilização dependerá das provas reunidas e da análise individual das condutas.

5. Quanto poderá ser recuperado?

A dimensão financeira do caso também depende da localização e da recuperação dos bens associados às operações sob investigação. Medidas de bloqueio patrimonial e de acesso a informações bancárias e fiscais foram autorizadas no curso das apurações.

Em janeiro de 2026, informações divulgadas sobre a investigação apontavam bloqueios e sequestros de bens que alcançavam R\$ 5,7 bilhões, envolvendo 38 investigados. Esse montante, contudo, não representa necessariamente o total dos prejuízos nem significa que todo o dinheiro esteja disponível

para ressarcimento. É preciso verificar a origem dos ativos, a titularidade dos bens e a existência de direitos de terceiros.

Outra etapa consiste em definir como os recursos recuperados serão destinados, observando as regras aplicáveis aos credores, investidores e demais pessoas ou instituições com direitos reconhecidos. O trabalho também pode envolver ativos mantidos por empresas e estruturas financeiras fora do Brasil, o que exige procedimentos adicionais para localizar patrimônio e viabilizar sua recuperação.

Liquidação não encerrou a investigação

A quebra do Banco Master abriu uma etapa de apuração que vai além das circunstâncias que levaram ao encerramento das atividades da instituição. O caso reúne questões sobre operações financeiras, controles regulatórios, investimentos previdenciários e possíveis responsabilidades individuais.

Fonte: DoI e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
20/10/2026/07:14:37

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)

- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:93984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:93984046835) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[Conta digital: a porta de entrada para sua vida financeira moderna](#)